

Práticas, formas e solidariedades da integração de jovens de origem angolana no mercado de trabalho em Portugal

MARZIA GRASSI

RESUMO: Neste artigo são apresentados alguns dos dados recolhidos através da aplicação de um inquérito a 200 jovens (18-30 anos) de origem angolana a viver em Portugal. O questionário integrado para medir o capital social foi adaptado a partir de um estudo do Banco Mundial (Grootaert et al., 2003) ao contexto migratório português no âmbito do projecto «Angola em Movimento». Nos dados recolhidos procuram-se pistas de reflexão e discussão sobre as formas assumidas pelas solidariedades e a pela confiança que fazem funcionar as redes sociais, familiares e étnicas que apoiam os imigrantes no acesso ao mercado de trabalho em Portugal.

Palavras-chave: Redes Sociais, Informalidade, Imigração, Integração, Mercado de Trabalho

TITLE: Practices, forms and solidarity in the integration of young people of Angolan origin into the Portuguese society and labour market

ABSTRACT: This paper aims to present some data collected through a questionnaire applied to a population of 200 young people (between 18 and 30 years old) with Angolan origin living in the area of Great Lisbon. The integrated questionnaire for the measurement of the Social Capital within the nets of Angolan young was adapted from a questionnaire of the World Bank (Grootaert et al., 2003) to the Portuguese migratory context in the scope of «Angola in Movement» project. The main objective of the presentation is to discuss organized information about the performance of solidarities and trust in the familiar, social and ethnical networks, in relation with the access of young migrant people to the labour market in Portugal.

Key words: Social Network, Informality, Immigration, Integration, Labour Market

MARZIA GRASSI

marzia.grassi@ics.ul.pt

Investigadora sénior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Economista, Doutorada em Economia do Desenvolvimento e Mestre em Estudos Africanos, é coordenadora do projecto «Angola em Movimento» e do projecto «Cabo Verde pelo Mundo», ambos a decorrer no ICS-UL.

Marzia Grassi is a senior researcher in the Institute of Social Sciences – University of Lisbon (ICS-UL) in Portugal. Economist, PhD in Development Economics, Master in African Studies. She is the Principal Investigator of the Project “Angola in Movement” and of the project “Cape Verde around the World” both in progress at ICS-UL.

INTRODUÇÃO

A Grande Lisboa constitui um dos quatro terrenos do projecto «Angola em Movimento» escolhidos para estudar o capital social e as redes informais protagonizadas por actores imigrantes de origem angolana. Este terreno permitirá uma leitura comparativa do processo de construção da informalidade com os outros contextos – as diferentes regiões angolanas visadas no projecto (ver Grassi, neste número da revista).

Ao longo do ano de 2006, foram aplicados na zona da Grande Lisboa 229 questionários, dos quais 200 foram considerados válidos e inseridos na base de dados SPSS preparada para o efeito. Este artigo corresponde a uma primeira descrição e leitura analítica dos dados recolhidos quer através do questionário adaptado de Grootaert *et al.* (2003) ao contexto da diáspora, quer por meio de entrevistas abertas a migrantes de origem angolana na grande Lisboa. O grupo alvo do inquérito é constituído por jovens de origem angolana, indivíduos com idades entre os 18 e os 30 anos que se encontram a trabalhar em Portugal e/ou a frequentar um curso do ensino superior. A recolha de dados estatísticos sobre o «material primário», no qual se baseia o inquérito por questionário, torna-se uma base de análise complementar à discussão sobre o tipo de confiança e de solidariedade que rege as redes accionadas para ultrapassar as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em Portugal.

A adaptação do questionário do Banco Mundial (Grootaert *et al.*, 2003) aos fluxos migratórios pós-coloniais de Angola para Portugal foi realizada tendo em consideração a importância central que a questão do trabalho assume, para os imigrantes, na Europa contemporânea. O questionário é um instrumento de produção de evidências empíricas que ajuda a interpretar e esclarecer os processos de exclusão e inclusão nas redes e a olhar o fenómeno migratório de origem angolana do ponto de vista das dinâmicas de integração em Portugal. Esta metodologia de recolha de dados deve ser entendida como um complemento dos dados qualitativos, ambos lidos com base num conhecimento aprofundado dos processos históricos do contexto e das suas interacções com as comunidades em análise.

Embora os dados recolhidos por questionário não pretendam fornecer generalizações empíricas ou conclusões representativas da população específica, o seu potencial heurístico é útil para testar hipóteses de trabalho específicas e aprofundar o conhecimento do objecto de estudo em termos comparativos.

Nos países mais desenvolvidos, o período da pós-industrialização (a partir dos anos 80 do Séc. XX) caracteriza-se pelo aumento significativo da procura tanto de trabalho qualificado e especializado (Castles, 2000) como de trabalhos de baixa remunera-

ração e estabilidade, nomeadamente na área dos serviços e em moldes informais (Sassen, 1991, 1996). A procura de trabalho precário e informal encontra o seu mercado nas redes identitárias dos indivíduos que protagonizam os fluxos migratórios. Apesar da tendência às políticas migratórias restritivas, que tendem a excluir cada vez mais os imigrantes e a sua entrada, estes encontram uma oportunidade nas redes sociais informais, nas quais se processa a solidariedade e a confiança necessárias para a realização dos actos económicos e sociais.

Em Lisboa, a presença de jovens oriundos de países estrangeiros tem registado um significativo aumento e diversificação quanto aos países de origem e motivações, intensificando a presença multicultural que historicamente caracteriza a capital portuguesa e a distingue das outras capitais do Sul da Europa, também destino dos fluxos migratórios recentes. A maioria das vezes, a cultura é expressa nas solidariedades étnicas, religiosas, económicas e familiares, que se organizam em redes de apoio e entreaajuda que acabam por dirigir os processos identitários de acordo com diferentes objectivos.

O multiculturalismo das cidades europeias contemporâneas origina fronteiras urbanas que se reflectem na organização do mercado de trabalho. O facto das diferentes características culturais criarem lugares multiculturais não significa, necessariamente, que as fronteiras se tornaram mais fracas, promovendo uma maior equidade social e atenuação dos conflitos sociais. Pelo contrário, às vezes, a exacerbação das diferenças resulta na criação de fronteiras físicas e simbólicas reconhecíveis, por exemplo, em Lisboa, nos chamados «bairros de imigrantes», mas também no acesso ao trabalho dos imigrantes mais qualificados, indicando uma transversalidade desta questão no que diz respeito às categorias sociais.

Uma das questões que emerge de forma clara de pesquisas qualitativas recentes sobre a diáspora de origem angolana em Lisboa (Oien, 2006) prende-se com a atenuação da importância do apoio das redes familiares em contextos migratórios. Os «laços de sangue» na diáspora, de acordo com esta autora, nem sempre parecem ser o factor mais importante para a gestão da solidariedade e da entreaajuda. Trata-se de uma constatação verificável noutras comunidades de imigrantes dos Palop em Portugal, como é o caso da comunidade cabo-verdiana (Grassi, 2006). As entrevistas indicam que outros factores sociais parecem tornar-se mais relevantes para os membros da família, dando origem a redes que se organizam em torno de identidades múltiplas. A análise das condições e dificuldades da entrada de jovens no mundo do trabalho (no fim do curso superior ou mais cedo, como estratégia para conseguir ter acesso/acabar um curso superior) evidenciam as identidades múltiplas que os estruturam enquanto actores sociais das cidades europeias contemporâneas.

Para a adaptação do questionário ao contexto português, uma das questões sensíveis que se colocou foi o nível ao qual a recolha de dados e a análise devia ser feita. Entendendo que ao nível dos «domicílios» é mais fácil medir o capital social, a questão a resolver foi a escolha do tipo de «domicílio» que seria mais oportuno considerar, incluindo as relações transnacionais que acompanham de *per si* o acto migratório. Como deveriam ser considerados os laços com os familiares em Angola e as obrigações de reciprocidades que persistem no país de acolhimento? A escolha recaiu numa definição de domicílio que emerge das entrevistas exploratórias e que considera de importância prioritária as pessoas que partilham a mesma casa em Portugal, independentemente de partilharem laços de consanguinidade com o entrevistado. Ao mesmo tempo, foram introduzidas perguntas específicas sobre a circulação de dinheiro entre Angola e Portugal, nomeadamente as remessas enviadas aos familiares em Angola.

O questionário inicia com algumas perguntas sobre as características sócio-demográficas dos jovens angolanos em Portugal e com o tipo de redes manuseadas para possibilitar o movimento migratório destes jovens e a sua integração em Portugal. Outra informação relevante é aquela que permite estabelecer o tipo de solidariedade que tem tornado possível o movimento migratório e como ela opera no país de acolhimento, isto é, o tipo de ajuda recebido para resolver o problema da integração na sociedade portuguesa e no mercado de trabalho. É a informalidade que maioritariamente parece estruturar as relações sociais dos entrevistados; ao mesmo tempo, a percepção das práticas informais torna-se difícil de captar devido às suas representações em contextos migratórios e proximidade às condições de ilegalidade.

CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE ANGOLANOS PARA PORTUGAL

A integração laboral dos imigrantes na sociedade portuguesa e a divisão internacional do trabalho a contar com os fluxos imigratórios é uma dimensão que tem sofrido mudanças recentes. Uma das mais relevantes tem a ver com o facto de Portugal ter deixado de ser apenas um país emissor de emigrantes, para passar, também, nos últimos anos, a país de acolhimento, embora as estatísticas oficiais revelem um saldo migratório ainda negativo.

Os fluxos migratórios entre Angola e Portugal tem sido historicamente muito importantes e processaram-se de múltiplas formas a partir do Séc. XVI. A descolonização – tardia em relação às outras potências coloniais em África – produziu, nos anos 70 do Séc. XX, o fenómeno dos «retornados», com a consequente dificuldade

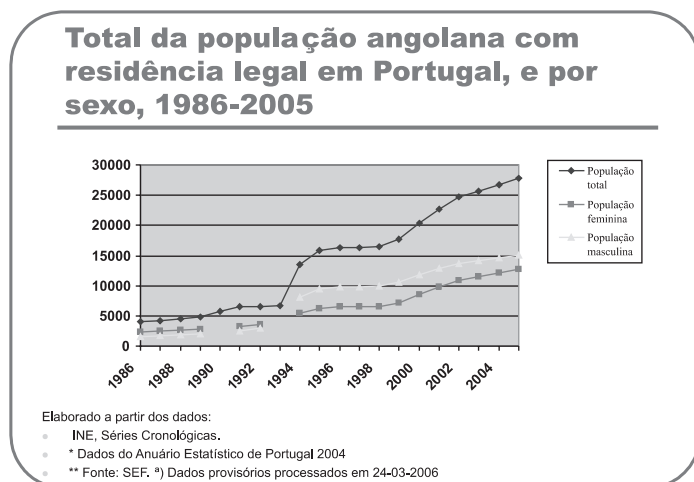
na caracterização estatística, dada a dimensão do fenómeno e as suas consequências no tempo em termos de reagrupamento familiar.

Persiste uma total ausência de dados angolanos sobre as tendências migratórias pós-coloniais entre os dois países. Pode-se, contudo, afirmar que o momento actual caracteriza-se pelo fluxo de emigração de Portugal para Angola, país que – de acordo com um estudo da Delegação Portuguesa da Obra Católica das Migrações – é o 2.º país com maior índice de procura (12 000 pessoas em 2006), sendo o Reino Unido o principal destino de 15 000 emigrantes portugueses. Os dados do INE atribuem a Espanha o 1.º lugar na escolha do destino da emigração portuguesa, o 2.º lugar ao Reino Unido e o 3.º a Angola. O facto explica-se através das oportunidades de negócios que Angola oferece no momento actual, devido à reconstrução do país após o fim da guerra.

Quanto aos fluxos migratórios para Portugal, há também ausência de dados do país emissor e são apenas os dados do INE e do SEF portugueses que, elaborados no quadro a seguir, esclarecem a dimensão e a evolução da população residente legalmente em Portugal entre 1986 e 2005.

QUADRO I

Total da população angolana com residência legal, e por sexo, entre 1986 e 2005



O quadro indica uma tendência para o crescimento dos fluxos, o que reflecte a situação político-militar angolana, em particular a seguir ao insucesso dos Acordos de Paz (Bicesse em 1991 e Lusaka em 1994).

A partir dos anos 90 do Séc. XX, há um aumento do fluxo de imigração de jovens angolanos para Portugal, devido à persistência da guerra no país e consequente fuga ao recrutamento obrigatório e à carência de serviços para a educação que caracterizam um país em guerra. Além disso, muitos jovens das classes médias e da elite angolana deslocam-se para o estrangeiro para as próprias formações universitárias, sendo a língua comum e os antigos laços históricos que ligam os dois países a razão da escolha de Portugal como destino de muitos deles. O movimento migratório processa-se normalmente em redes de solidariedade familiar e étnica nas quais os jovens estão inseridos de acordo com a própria condição sócio-económica. Contudo, as entrevistas exploratórias indicaram que, uma vez chegados a Portugal, os jovens enfrentam dificuldades quer de integração no mercado de trabalho formal quer de acesso aos recursos e aos serviços, e que existe um número significativo de estudantes trabalhadores.

De acordo com dados estatísticos portugueses: em 2005, o número de angolanos legalmente residentes em Portugal era de 27 800 (54,1% homens e 45,9% mulheres) (SEF 2005); 61% faz parte da população activa (INE, 2005); as idades mais representativas situam-se entre 25 e 34 anos, sendo os homens os mais representativos em todos os grupos etários entre 0 e 44 anos. Após o 45.º ano há uma inversão de valores e as mulheres passam a ser mais representativas com valores de 54,3% (45-49 anos de idade) e 70,9% (com mais de 65 anos de idade).

O percurso académico dos angolanos que vivem em Portugal indica que 60,4% tem escolaridade básica, 17,8% possui frequência ou diploma do secundário, 9,7% sabem ler e escrever sem escolaridade e 8,2% são analfabetas. Só 3,9% possui um curso superior.

RECOLHER DADOS QUANTITATIVOS COM «QUALIDADE»

Antes de apresentar uma descrição dos dados recolhidos por questionário, é importante, de um ponto de vista metodológico, referir algumas reacções da população alvo registadas nas notas de campo dos inquiridores¹, assim como nas entrevistas exploratórias efectuadas antes da aplicação do questionário. A escolha de aplicar os inquéritos presencialmente tornou possível aos inquiridores desenvolver uma relação de proximidade com alguns dos inquiridos. As conversas informais que antecedem e/ou se seguem à aplicação do inquérito são conversas à volta da vida dos jovens de origem angolana, das dificuldades em se integrarem culturalmente no lugar onde estão a estudar e a trabalhar e das expectativas face ao futuro. Da leitura das notas de campo, depreende-se que, em geral, mais os rapazes do que as raparigas ficam curiosos e intrigados com as questões à volta do sentimento de pertença nacional. Alguns, que

declaram «sentir-se angolanos» e que se encontram em Portugal há pouco, sublinham que nem sempre são considerados como tais pelos demais. Um deles conta que, apesar de sentir-se angolano, é tratado pelos outros como português porque «já falo uma língua sem sotaque diferente e já não como *giguba* (amendoim) a toda a hora como quando cheguei».

Um outro rapaz riu-se quando o inquiridor quis saber a língua mais falada em casa. Diz que nenhum angolano continua a saber falar uma língua «angolana», que em Luanda já só se fala português e os que cá estão também. Quanto muito falam em casa, mas só se tiverem uma avó ou tia já velha, e mesmo assim não para falar fluentemente. Explica que só no ano passado essas línguas foram inseridas no currículo escolar. Todos confirmam que hoje, em Angola, já são poucos os que falam angolano. Há quem tenha saído de Angola com 10 anos e nunca mais voltou. Diz que não tem grande vontade de lá voltar. Apesar disto, alguns inquiridos, ainda que poucos, afirmam falar uma língua angolana em casa.

Outra questão que ressalta das notas de campo prende-se com a percepção e a atribuição da categoria de análise «imigrante» no questionário. Muitos dos inquiridos devolvem aos inquiridores a pergunta sobre o que é um imigrante. Perante a não resposta da inquiridora, justificada com a necessidade de não influenciar as respostas do questionário, a maioria concorda que a palavra/categoria imigrante não é adequada àqueles que já nasceram em Portugal. Muitos acham que falar de imigrantes nestes casos não passa de um eufemismo para não usar classificações raciais em nome do «politicamente correcto». Nas palavras de um jovem, isto é «o que menos falta aos portugueses quando falam de imigrantes originários dos Palop».

Um dos entrevistados, que questiona o inquiridor acerca do que é um imigrante, recusa considerar-se como tal porque «os imigrantes são as pessoas que saem do país devido à sua baixa condição sócio-económica e procuram melhorá-la». Este não é o seu caso, acrescenta, ele saiu de Angola apenas para estudar e pretende voltar assim que termine os estudos. Este é um exemplo da importância das categorias sociais na análise das dinâmicas migratórias. Ao mesmo tempo, com base no trabalho de campo, pode afirmar-se que a maior parte dos discursos veiculados pelos inquiridos são sobre questões da inclusão/exclusão, das diferenças de cidadania que a condição de imigrante comporta, e da importância das redes de solidariedade numa melhor integração.

Alguns dos entrevistados exprimem preocupação perante as dificuldades de integração porque, como uma entrevistada refere: «A confiança não existe de sobra... as solidariedades funcionam também ao contrário...».

O capital social, como bem recorda Bourdieu, pode ser negativo e os entrevistados referem que isto acontece sobretudo com os imigrantes de países diferentes, em particular os não africanos. Um aspecto mencionado é a falta de confiança generalizada que mina as solidariedades que estruturam as redes necessárias para uma integração bem sucedida.

As entrevistas exploratórias, assim como as notas de campo, contam que as expectativas face ao futuro são discurso mais referido e que se prende, maioritariamente, com o regresso a Angola – uma vez que a guerra acabou – e o tempo necessário para o conseguir. A guerra e os discursos sobre ela estão muito presentes em todos os entrevistados, cuja maioria partilha a opinião que a fase de transição para uma paz estável e duradoura é muito complicada. Faz-se referência, com alguma inquietação, aos movimentos «migratórios» para Angola, referidos por alguém como o «saque» de que Angola está a ser vítima por parte de países estrangeiros na corrida aos investimentos necessários para a reconstrução do país após tantos anos de guerra.

As mulheres, quando param um pouco para conversar, parecem preferir falar das dificuldades de integração em Portugal. Uma delas, após preencher apenas duas páginas do questionário, prefere conversar. Conta que tem 26 anos e que chegou a Portugal há 5. O pai comprou uma casa em Lisboa e ela veio porque queria continuar a estudar. Fez o 9.º ano em Angola, mas desde que chegou não consegue estudar, não tem «papéis» e não tem tempo. Diz que não compensa estar em Portugal. Os irmãos já estão na faculdade lá em Angola, e ela aqui não consegue nada. Está a tratar do visto português, mas precisa primeiro de renovar o passaporte, processo que ela diz demorar, no mínimo, um ano. Está assustada porque não quer passar um ano sem passaporte em Portugal. Por enquanto trabalha num lar em Queluz. A irmã vive em Londres. E alguém, de origem portuguesa, que ouviu a conversa conclui: «Aqui já está difícil para vocês, imagina lá para a gente» e «além do que aqui o (sinal de dinheiro com o polegar a roçar no dedo indicador) é muito pior».

Angola está, de facto, muito presente em todos os entrevistados e a preocupação com o que se passa é acompanhada por uma atitude positiva face ao futuro do país em paz. É uma grande diferença em relação aquele sentimento de resignação que existia fortemente nos jovens de origem angolana há uma década, como pude constatar nos trabalhos em Angola (Grassi 1997, 1998). Uma nota de esperança que convive ao lado da desconfiança acima referida.

Características Sócio-Económicas dos Entrevistados

Os dados do inquérito referem que os entrevistados são bastante homogéneos quanto ao género (50% mulheres e 49,5% homens – uma não resposta), 67,5% nas-

ceram em Angola e 79% deles têm nacionalidade angolana, 13% dupla nacionalidade e 7,5% nacionalidade portuguesa. Quanto à conjugalidade, 82% são solteiros, dos quais 72% sem filhos. O facto de serem jovens justifica a alta percentagem de não casados.

Quanto ao nível de escolaridade, 9,5% são licenciados, 26% frequentam um curso pós-graduado, 26% frequentam a Universidade; 8,5% detêm um diploma de Escola Profissional. Só 1% são analfabetos. Os dados devem ser lidos como representativos de uma população maioritariamente recrutada em escolas e nos serviços da Embaixada Angolana em Lisboa.

Quanto à composição familiar, os dados indicam que 53% dos jovens entrevistados vivem em agregados familiares numerosos (entre 3 e 10 membros), sendo que 32,5 % vivem em Portugal há mais de 6 anos. Só 15,5% responde que vive em Portugal há menos de 5 anos.

Como já foi esclarecido, neste artigo apresentar-se-ão apenas os dados relativos à dimensão das redes de apoio internas e externas, das redes e mercado de trabalho e os indicadores de confiança e solidariedade, tal como emergem das respostas ao inquérito.

Redes de Apoio Internas e Externas

A dimensão inicial de análise diz respeito às redes de apoio de que os inquiridos dispõem para contornar as dificuldades ou situações que requeiram a ajuda de terceiros, familiares ou não. Neste âmbito, foram colocadas questões relativamente ao número de pessoas com que os inquiridos poderiam contar em diferentes situações, nomeadamente o número de pessoas para conversar ou pedir conselhos no caso de necessitar de ajuda devido a doença e para tomar conta dos filhos. As respostas revelam os seguintes resultados: 34% referiram ter entre um e três amigos para conversar, seguindo-se aqueles que referiram ter de quatro a dez pessoas (26%). Em caso de doença, 29% responderam ter igualmente entre uma a três pessoas para ajudar. Quanto ao tomar conta dos filhos, caso os tivesse, 12,5% referiram ter entre uma a três pessoas disponíveis.

Nesta dimensão foi, ainda, possível recolher informação sobre o papel das redes de apoio em caso de dificuldades económicas e os consequentes empréstimos a particulares. O inquirido, caso necessitasse de uma quantia de dinheiro relativamente elevada, poderia contar com a ajuda de um número de pessoas que varia entre uma e três (44,5%) ou, numa percentagem mais reduzida, de quatro a dez pessoas (20%). Assinala-se que a posição social dessas pessoas relativamente ao inquirido é mais ou menos semelhante (45,5%) ou superior (26,5%).

É possível aferir que também foram solicitados, a alguns dos inquiridos, empréstimos monetários: 36,5% responderam que entre uma a três pessoas com problemas pessoais lhes pediu dinheiro no último ano, 13% de quatro a dez pessoas foram solicitadas por este fim. Um valor de 32% de inquiridos respondeu que ninguém lhes pediu dinheiro emprestado durante esse mesmo período. A posição social destas pessoas é, quase na sua maioria, mais ou menos igual à dos inquiridos.

Redes e Mercado de Trabalho

A dimensão Redes e Mercado de Trabalho foi contemplada no questionário, uma vez que a integração no mercado de trabalho assume uma importância crucial na vida dos indivíduos na sociedade de acolhimento. As questões que se apresentam nesta dimensão têm como principal objectivo caracterizar o papel das redes sociais no acesso ao mercado de trabalho. Procurou-se saber a situação de trabalho no momento de aplicação do inquérito e a satisfação com essa actividade profissional. Incluíram-se, também, perguntas sobre a prática e importância para o rendimento mensal de actividades ocasionais, com ou sem contrato, e de actividades informais de compra e venda de mercadorias. Por último, fizeram-se perguntas sobre as remessas de dinheiro para familiares ou pessoas próximas residentes em Angola.

Apresentam-se a seguir alguns elementos que caracterizam a vida profissional dos inquiridos, que visam enquadrar as diferentes formas de integração na esfera laboral destes jovens.

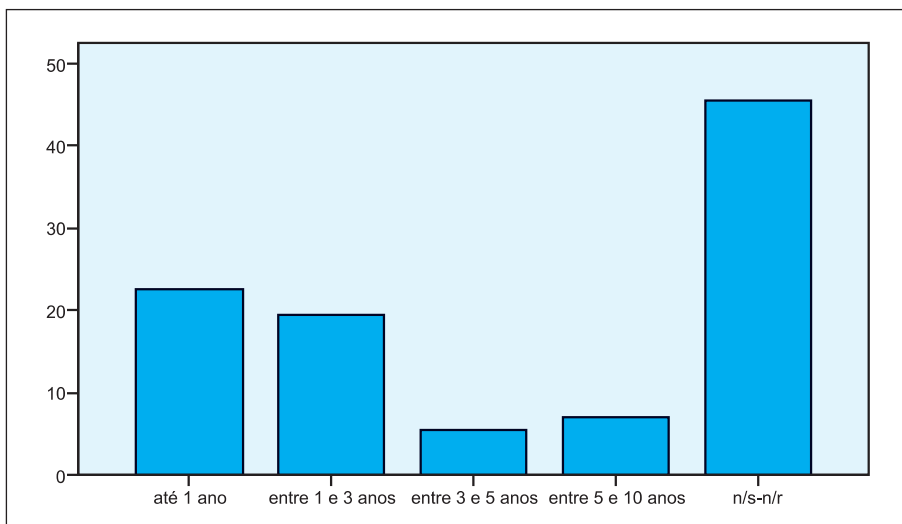
Dos dados recolhidos depreende-se que o período de tempo com mais peso que os inquiridos estão no trabalho actual é o que vai até um ano, ou seja, 22,5% das respostas dos jovens inquiridos relacionam-se com aqueles que estão no seu emprego actual num período não superior a 1 ano. Com 19,5% surgem aqueles que estão no seu posto de trabalho entre 1 e 3 anos, há 7% de inquiridos que têm o mesmo trabalho há 5 anos.

Nesta busca de emprego, há que assinalar a importância dos amigos para a obtenção do mesmo: 31,5% do total referiram ter obtido o seu trabalho através dos conhecimentos de amigos; seguidamente surgem aqueles que contactaram directamente com empregadores portugueses (12%).

Quanto à pergunta sobre o tempo que estiveram à procura de emprego, verifica-se que 9,5% procuraram entre 1 e 3, 8,5% menos de 2 semanas, 7,5% entre 3 e 6 meses e 8% procuraram entre 6 meses e 1 ano.

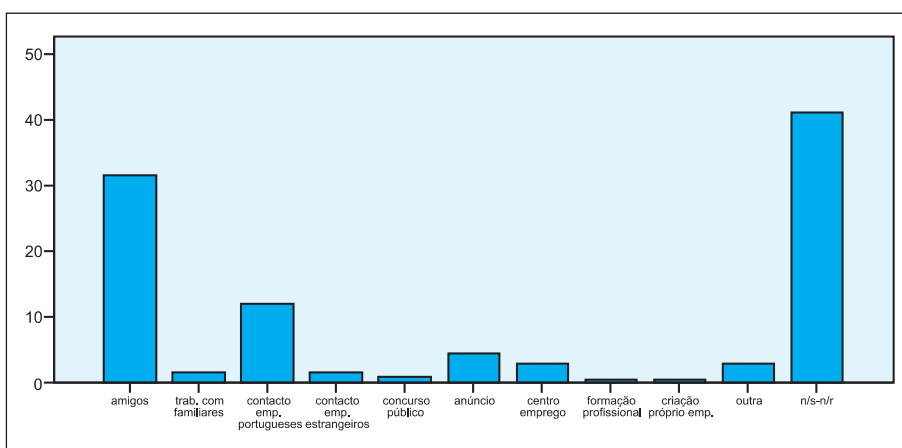
QUADRO II

Período de tempo no trabalho actual



QUADRO III

Forma de obtenção do trabalho actual



Os dados revelam, ainda, que 39,5% assinalaram que usufruíram de ajuda, tendo 29,5% considerado esse auxílio de grande importância, enquanto 1,5% consideraram esta ajuda pouco ou nada importante.

Relativamente ao grau de satisfação com o trabalho, os 200 inquiridos distribuem-se da seguinte forma: 7,5% estão muito satisfeitos, 35% satisfeitos, 15% pouco satis-

feitos e 3,5% não estão nada satisfeitos no seu lugar actual. As não respostas atingem os 39%, pois reportam-se à totalidade dos inquiridos trabalhadores e não trabalhadores.

Quanto às expectativas relativamente à vida profissional e ao emprego, as respostas foram, em 33% de casos, no sentido de continuar a estudar ou a providenciar a formação. Seguidamente estão, por ordem decrescente de casos, os jovens que pretendem emigrar ou regressar a Angola, aqueles que pretendem mudar para a área de formação profissional e os que gostariam de mudar de área de trabalho, com 16,5%, 13,5% e 11,5% respectivamente.

TABELA 1
Expectativas relativamente à situação profissional para o próximo ano
(resposta múltipla)

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	N
Expectativas	mudar para área profissional	27	3,4%	13,5%
	mudar para outra área	23	2,9%	11,5%
	subir posto	12	1,5%	6,0%
	aumento salário	18	2,3%	9,0%
	ir para país de origem	33	4,1%	16,5%
	emigrar outro país	6	,8%	3,0%
	estudar/formação	66	8,3%	33,0%
	outro	10	1,3%	5,0%
	n/s-n/r	605	75,6%	302,5%
Total	800	100,0%	400,0%	

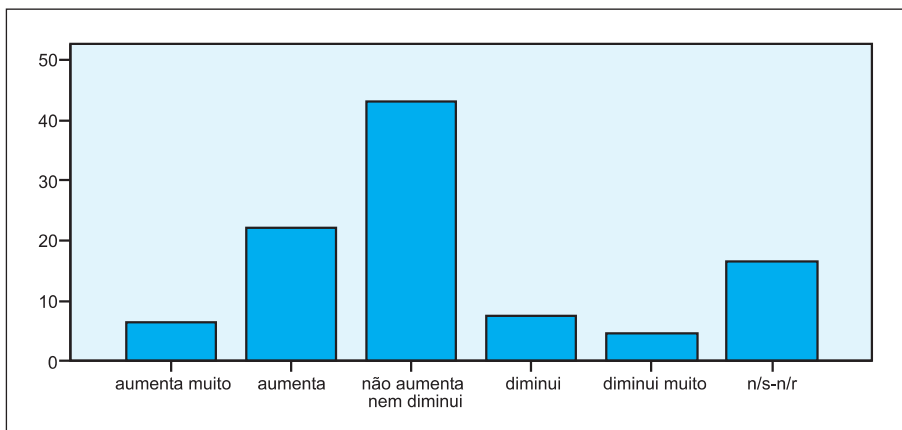
No questionário foi, também, inserida uma pergunta sobre o impacto da inserção de Portugal na União Europeia no emprego dos inquiridos. As respostas indicam que os jovens acham que fazer parte da União Europeia não aumenta nem diminui as possibilidades de emprego (43%), 22% responderam que aumenta e para 6,5% aumenta mesmo muito as oportunidades de emprego. Por outro lado, pensam que a integração fez diminuir (7,5%) ou diminuir muito o emprego (4,5%) (ver Quadro IV, p. 82).

Redes e Mercado de Trabalho: Actividades Ocasionais e Informais

Para saber se os jovens praticavam algumas actividades extra que permitissem contornar as dificuldades ao nível do emprego, foram introduzidas no questionário perguntas relacionadas com a prática de actividades ocasionais ou informais. Uma

QUADRO IV

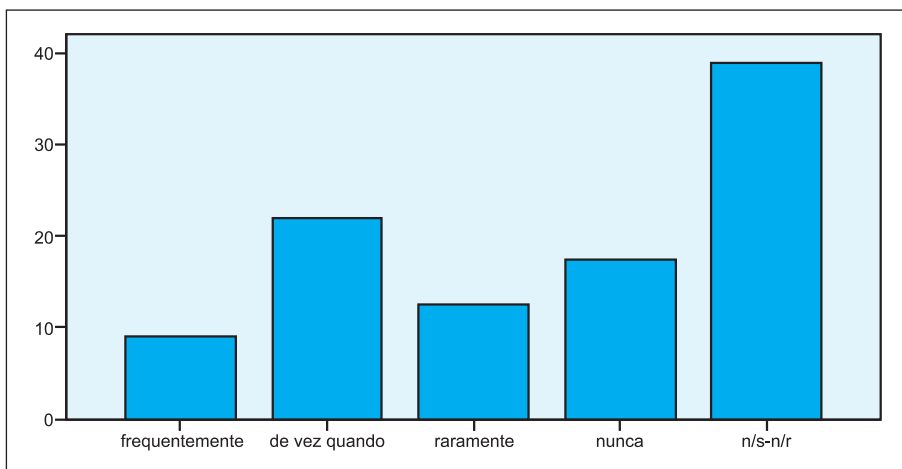
Inserção de Portugal na União Europeia e o nível do aumento do emprego



grande percentagem dos inquiridos não responde a este bloco de perguntas, confirmando o dado das entrevistas qualitativas que indica uma percepção das actividades informais e ocasionais como ilegais. Contudo, é possível constatar que 22% dos inquiridos responderam que praticam actividades ocasionais, com ou sem contrato, num registo mais ou menos frequente, 12,5% raramente o fazem e 17,5% nunca recorreram a tais actividades. Quanto à sua importância, verifica-se que 13% considera-as muito importantes e 15% importantes. Pouco ou nada importantes alcançam percentagens de 1,5% e 3,5%, respectivamente.

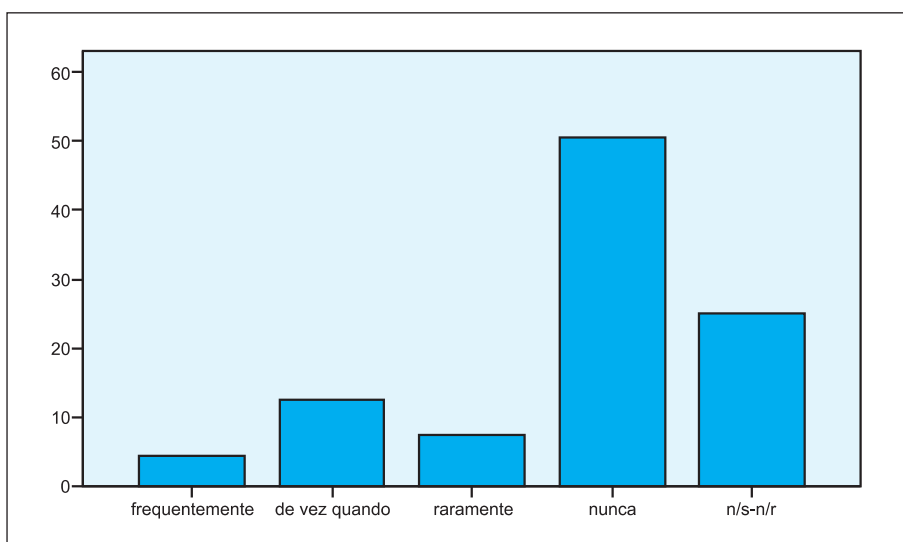
QUADRO V

Prática de actividades ocasionais



Das esfera de relacionamentos dos inquiridos, há igualmente quem pratique actividades informais: 38 inquiridos conhecem pessoas que o fazem ocasionalmente, 50,5% responderam que nunca as praticaram, seguindo-se os inquiridos que não responderam, com 25% (esta não resposta pode ter por base quer o não exercício de actividades informais, quer uma simples negação de resposta a um tema que é sensível). A resposta assinalada em terceiro lugar é a recorrência irregular a este expediente (12,5%). Por último, surgem aqueles que raramente o praticam com 7,5%.

QUADRO VI
Prática de actividades informais



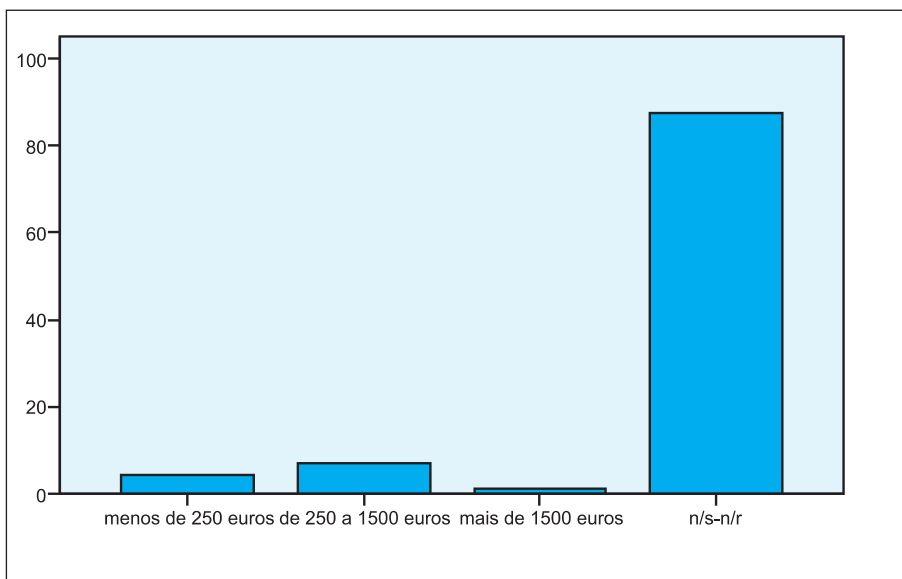
Ao nível da importância de actividades informais, 4% considera-as muito importantes, 8% importantes e 2,5% pouco ou nada importantes. A análise dos dados permite, também, descortinar o investimento feito nas actividades informais, isto é, 4,5% afirmam despende mensalmente menos de 250 euros para comprar bens para revender, 7% entre 250 e 1500 euros e 1% mais do que esta quantia.

Os produtos adquiridos para revender são roupas e acessórios (8,5%), tecnologia (4,5%), produtos alimentícios e mobiliário.

Na dimensão Redes e Mercado de Trabalho, é ainda possível determinar o número de pessoas com que os inquiridos partilham o seu rendimento mensal e se o fazem com familiares ou outros membros das suas redes que vivem em Portugal, em Angola ou em qualquer outro país (não são, no entanto, assinaladas quaisquer remessas para países terceiros).

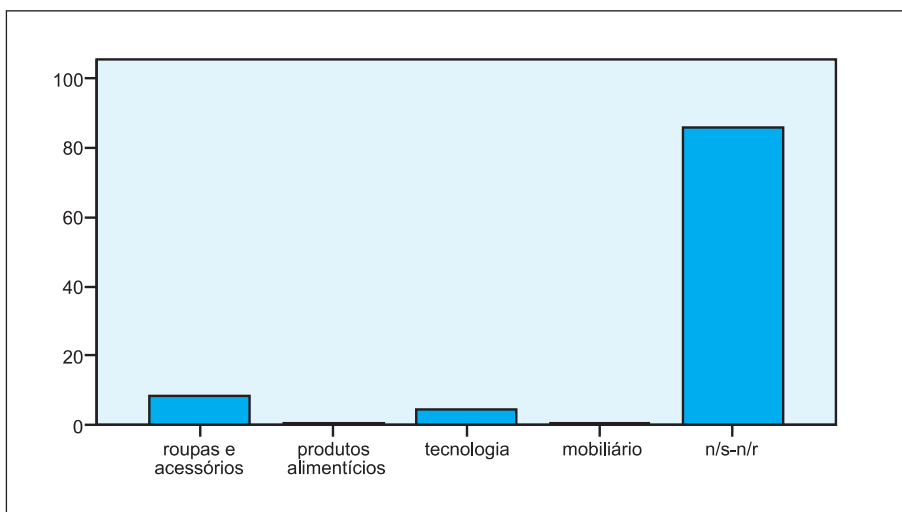
QUADRO VII

Investimento mensal nas actividades informais



QUADRO VIII

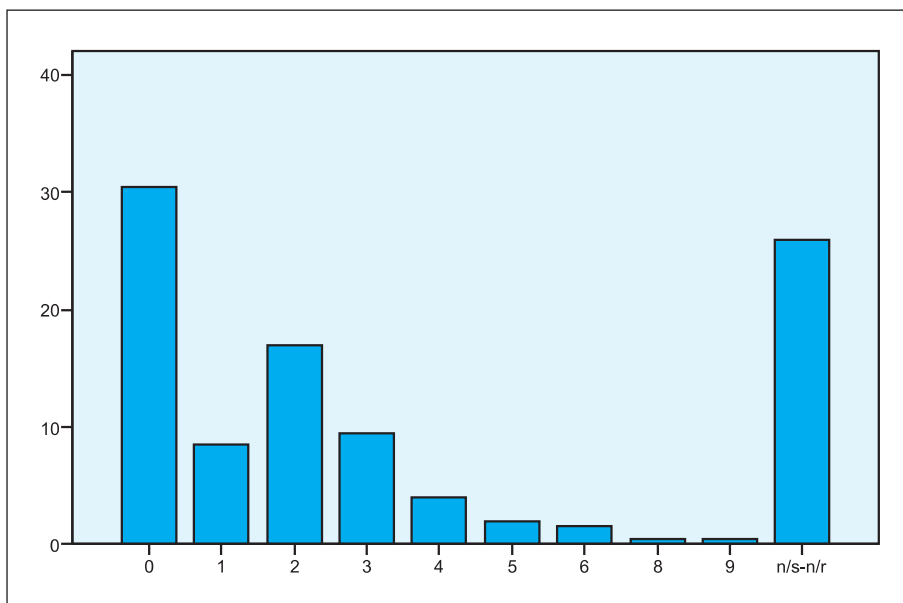
Tipo de produtos que os inquiridos compram para revender



No que se refere ao primeiro ponto, observa-se que 30,5% não partilha o rendimento com ninguém, 17% fá-lo com duas pessoas e 9,5% com três outras pessoas.

QUADRO IX

Número de pessoas com quem partilha o rendimento



Em relação ao país onde se encontram as pessoas ajudadas economicamente pelos inquiridos, pode verificar-se que os inquiridos dispensam, anualmente, para familiares em Angola, até 500 euros (4,5%) e quantias acima dos 500 euros (3,5%). Consta-se que a percentagem mais elevada, ou seja, 26% não envia qualquer remessa para Angola.

No que concerne a familiares ou outros residentes em Portugal, verifica-se que 24% dos inquiridos não gastam nada para ajudar. Os que o fazem despendem valores anuais que vão desde os 150 euros aos 4000 euros.

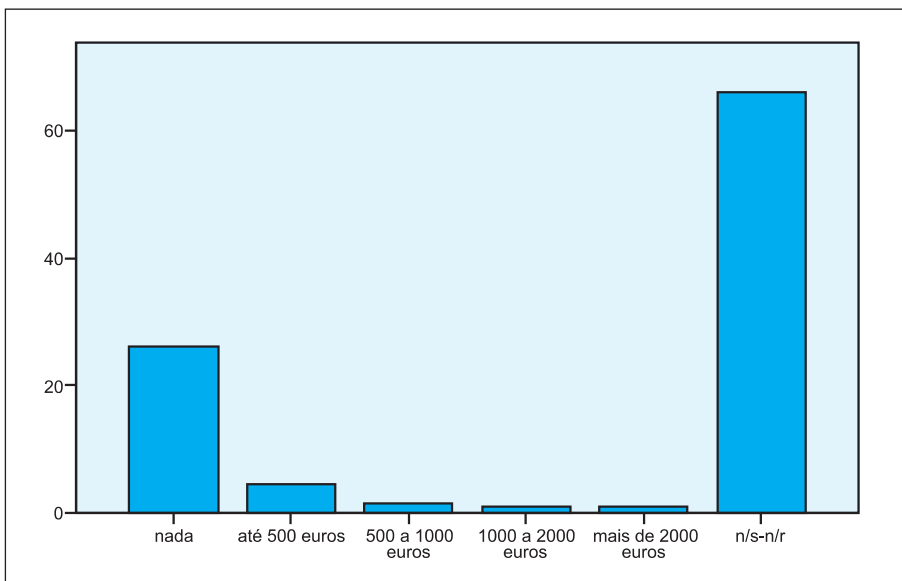
Confiança e Solidariedade

A dimensão que se segue contém indicadores que permitem perceber o grau de confiança que os jovens angolanos inquiridos depositam em determinadas pessoas ou instituições.

Foram apresentadas três afirmações sobre confiança, em geral, às quais foram dadas as seguintes respostas: 58,5% dos inquiridos responderam que discordam ou discordam totalmente do facto de se poder confiar na maioria das pessoas. À afirmação «é preciso estar sempre atento ou alguém pode aproveitar-se de si», 76% das respostas vão no sentido da concordância e da concordância total. Quanto ao grau de confi-

QUADRO X

Remessas enviadas para Angola para ajudar familiares ou outras pessoas



ança relacionado com o empréstimo de dinheiro, verifica-se que 64% concordam que há desconfiança nesta questão.

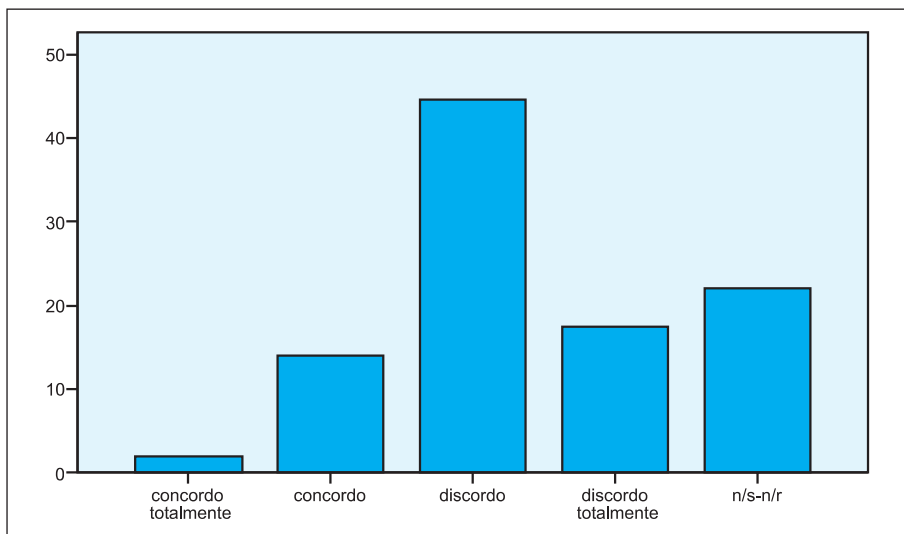
O grau de confiança é igualmente medido na pergunta seguinte, na qual o inquirido é confrontado com 13 alíneas que referem pessoas ou entidades concretas. Como se pode observar, as respostas expressam graus diferentes de confiança, de um lado estão aqueles que não inspiram confiança aos inquiridos, nomeadamente os estranhos (51%), os políticos do governo local (41,5%), bem como os do governo central (39%).

No patamar seguinte encontram-se aqueles que confiam pouco em pessoas de outros grupos nacionais ou linguísticos (41%), em jornalistas (36%), em comerciantes (34,5%), em pessoas do mesmo grupo nacional (34%), em funcionários das finanças (33%), em juizes ou funcionários dos tribunais (27,5%) e, por último, em membros de ONGs (25%). Relativamente àquelas pessoas ou instituições em que os jovens inquiridos confiam temos os professores (42%), os médicos e enfermeiros (37%) e a polícia (26,5%).

De acordo com as respostas dos entrevistados, nos últimos dois anos, o grau de confiança diminuiu fortemente. Ao mesmo tempo, a ajuda é considerada como pouco significativa, sendo que 70% das respostas considera que a ajuda mútua não se verifica com frequência.

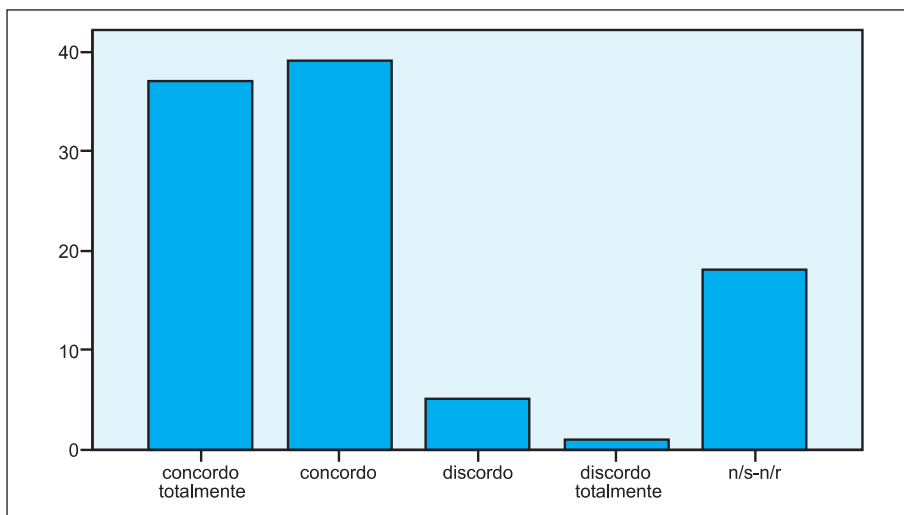
QUADRO XI

Grau de concordância face às três afirmações: «Pode-se confiar na maioria das pessoas»



QUADRO XII

«É preciso estar sempre atento ou alguém pode aproveitar-se de si»

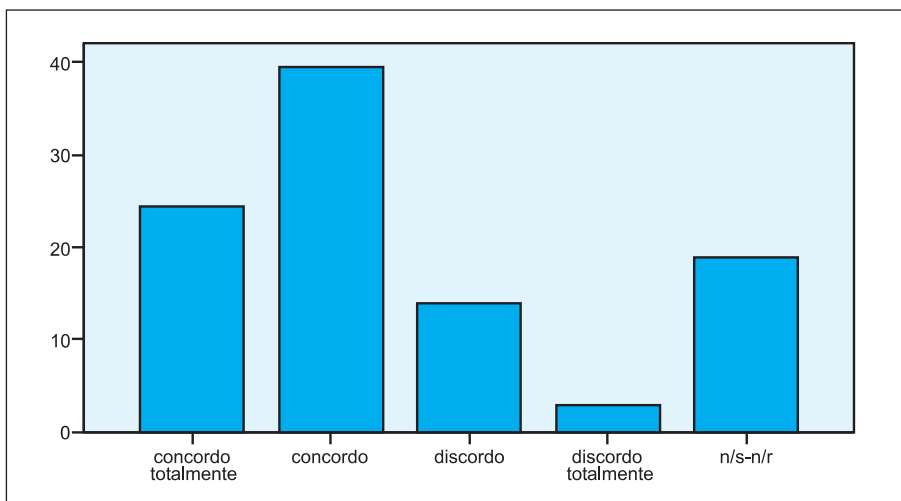


PARA CONCLUIR, ALGUMAS PERGUNTAS

A recolha de dados no contexto da diáspora angolana em Portugal indica que as práticas de comércio informal não são significativas como noutras comunidades de

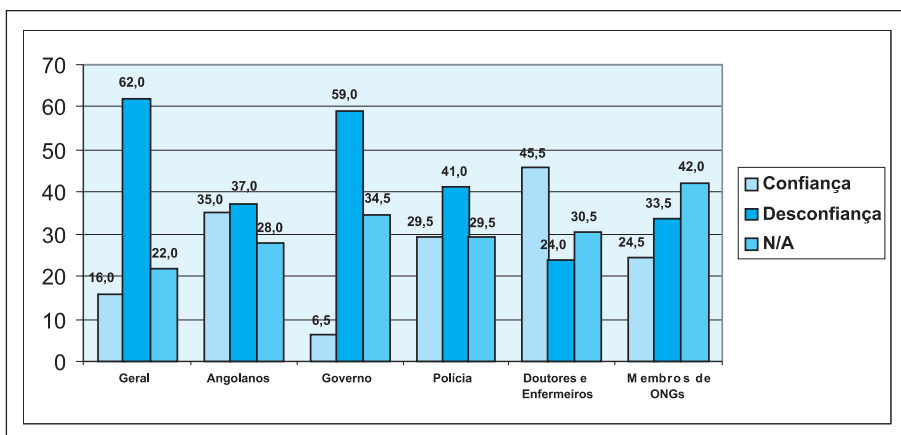
QUADRO XIII

«As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quando se trata de emprestar ou pedir dinheiro emprestado»



QUADRO XIV

Nível de confiança



imigrantes, no mesmo contexto, e nos terrenos angolanos envolvidos no projecto. As entrevistas qualitativas que acompanharam o inquérito sugerem que a informalidade é percebida maioritariamente como ilegalidade, o que explicaria a percentagem muito significativa das não respostas no inquérito no que toca a esta dimensão. Os dados também indicam que esta percepção de informalidade/ilegalidade é relacionada pelos entrevistados com os direitos legais de cidadania.

Ao mesmo tempo, de um ponto de vista económico e como indicador da divisão do trabalho, a informalidade pode individualizar-se em todas as formas de trabalhos ocasionais, precários e sazonais que caracterizam as ocupações dos entrevistados, entre os quais a maioria são estudantes-trabalhadores.

Surgem várias questões susceptíveis de serem exploradas de uma forma comparativa:

- Se as dinâmicas informais na diáspora são percebidas como ilegais e se ligam às questões dos direitos de cidadania, quais as diferenças desta relação (informalidade/ilegalidade/direitos humanos) com as práticas informais dos indivíduos noutras regiões em Angola?
- De que forma o diferente grau de desenvolvimento em Angola e Portugal, e as formas de inserção destes dois países no mundo global, produzem uma diferente percepção da ilegalidade nas pessoas?
- O controlo burocrático do Estado relacionado com as práticas informais funciona de forma diferente em Angola e em Portugal?

Quanto ao funcionamento das redes familiares e étnicas na diáspora, embora pareça existir uma importante solidariedade no interior das redes de indivíduos de origem angolana em Portugal, que se manifesta maioritariamente em situações ligadas à questão da sobrevivência, os dados indicam também uma quebra de confiança nas instituições, no governo e nas pessoas em geral, o que agrava as fragilidades sociais, sobretudo de mulheres e das crianças, como o artigo da Cecilie Oien, nesta mesma revista, esclarece.

A importância de aprofundar as características e o funcionamento das redes de capital social neste grupo surgiu pela observação da presença de um número importante de jovens de origem angolana a estudar e a trabalhar em Portugal e que enfrentam dificuldades de integração no mundo do trabalho, sendo alvo de representações que dificultam a sua inclusão na sociedade. Alguns estudos sobre mulheres migrantes de origem africana em Portugal e a sua participação nas redes económicas informais que as ligam aos países de origem referem que a formação escolar dos filhos e a possibilidade de criar condições para se poderem integrar nos países da emigração como a preocupação mais importante para o desenvolvimento da actividade económica². Conseguir uma boa integração nos países de chegada dos jovens de origem africana garantiria, também, um potencial melhoramento das condições de vida dos familiares que ficam nos países de proveniência. O acto migratório produz efeitos em todo o agregado familiar, independentemente do lugar geográfico onde se encontrem a residir os indivíduos que lhe pertencem. Reunir dados estatísticos sobre jovens de origem angolana e a sua integração em Portugal fornece a possibilidade de recolher informação relevante sobre o capital

social que faz funcionar as redes informais no país de chegada e no país de origem dos imigrantes.

O contexto da diáspora angolana é considerado susceptível de esclarecer como o lugar destas dinâmicas obedece a um conceito de fronteira que parece fazer desaparecer e engendrar uma ambiguidade política de construção e desconstrução do Estado que vê lado a lado práticas legais e ilegais estruturarem a vida quotidiana dos actores e das comunidades. Assim, a observação das características do funcionamento das redes de solidariedade, que tornam possíveis as dinâmicas informais, parece criar um lugar central de observação do poder político que emerge nas funções de controlo que são praticadas e na atitude do Estado em relação à regulamentação das actividades consideradas informais e da burocracia como veículo da formalização e da ilegalidade.

NOTAS

1. Agradeço to Dr.^a Inês Hasselberg por ter elaborado as notas de campo que permitiram as reflexões que se encontram neste parágrafo.
2. Ver Grassi (2003) para o caso cabo-verdiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTLES, S. (2000), **Ethnicity and Globalization**. Sage Publications, London, Housand Oaks, New Delhi.
- GRASSI, M. (1997), «O papel da mulher angolana no desenvolvimento do país». Tese de Mestrado em Estudos Africanos, ISCTE, policopiado.
- GRASSI, M. (2003), **Rabidantes, comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde**. ICS, Lisboa, Spleen, Praia.
- GRASSI, M. (2006), «Formas migratórias: *casar com o passaporte no espaço Schengen*. Uma introdução ao caso de Portugal». *Etnográfica*, vol. X(2), pp. 283-305.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN JONES, V.; WOOLCOCK, M. (2003), «Questionário integrado para medir Capital Social (QI-MCS)». Banco Mundial – Grupo Temático sobre Capital Social. Washington DC.
- GROOTAERT, C. e VAN BASTELAER, T. (2002), **The Role of Social Capital in Development: An Empirical Assessment**. Cambridge University Press, New York.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2004), «Séries Cronológicas. Dados do Anuário Estatísticos de Portugal 2004». Consulta *on-line* em 24/4/2006.
- OIEN, C. (2006), «Transnational networks of care: Angolan children in fosterage in Portugal». *Ethnic and Racial Studies*, vol. 29(6), pp. 1104-1117.
- SASSEN, S. (1991), **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- Sassen, S. (1996), «New employment regimes in cities: the impact on immigrant workers». *New community*, vol. 22(4), pp. 579-594.
- SEF (Serviço Estrangeiros e Fronteiras, Portugal) (2005), «Dados provisórios da imigração angolana». http://www.sef.pt/portal/V10/PT/asp/estatisticas/evolucao.aspx?id_linha=4255&menu_position=4140#0. Consulta *on-line* em 24/4/2006.